

História para neném dormir

Adolpho Ferreira de Oliveira *

Dizem que para esquecer um problema deve-se arranjar um outro maior ainda. Parece que o Brasil seguiu este ditado, porque, se a dívida externa, que assusta tanta gente, deixou alguma coisa de válido para o parque industrial brasileiro, a dívida interna não deixou absolutamente nada.

Impactou muita gente a informação dada pelo ministro da Fazenda de que o peso dos juros da dívida interna, que fora de 2,02% do PIB de janeiro a maio de 1988, saltara para 3,92% no mesmo período deste ano. Susto é coisa a que as pessoas vão se acostumando com o tempo, porque o pior ainda está por vir.

Quem planta colhe, e já há muitos anos que o Brasil semeou o que agora está colhendo.

Vamos contar apenas a história dos últimos 10 anos e vamos ver o neném dormir. Foi assim:

Até o último semestre de 1979, a dívida interna era administrada com alguma seriedade, mas a partir daí começou a verdadeira orgia. Logo após a primeira máxi de dezembro de 1979, as autoridades econômicas brasileiras, não satisfeitas em prefixar o câmbio e a correção monetária, começaram a inventar teorias a respeito das taxas de juros. Esta capacidade inventiva que os brasileiros têm sobre taxas de juros deve-se a algum trauma que talvez Freud explique, porque eu não consigo explicar. Diferentemente dos dias de hoje, a genialidade daquela época foi a descoberta de que a taxa de juros não tinha a menor importância (hoje é exatamente o oposto), e, como os depósitos à vista não pagavam juros, qualquer taxa com que os títulos remunerassem os aplicadores seria para lá de bom — bastava que fosse qualquer coisa acima de zero. Como esta política era altamente expansionista, imediatamente a inflação disparou. Foi naquele ano e com aquela política que a inflação foi para os 100%, porque, para manter taxa de títulos 18% com este clima inflacionário, tinha que resgatar tudo.

A monetização só foi interrompida quando aconteceu o caso das ações da Vale do Rio Doce na Bolsa do Rio, em 11 de março de 1980. As mesmas autoridades que administravam de maneira insana a política monetária, derrubando violentamente a taxa de juros, com todos os efeitos inflacionários que daí advêm, acharam que podiam fazer a mesma coisa no pregão da bolsa, comandando os preços como lhes aprouvesse. O resultado, que todo mundo conhece, ficou na história com o nome de Caso Vale. É curioso como a bolsa, que aparentemente não tem muito a ver com política econômica, está sempre por perto, porque os fatos aí ocorridos tomam enorme ressonância. Depois do Caso Vale, inverteu-se totalmente a política monetária, isso por volta de setembro, e aí então o Brasil partiu com toda força para a loucura total. Ao mesmo tempo que aumentava aceleradamente a emissão de títulos, elevando violentamente a dívida interna para atender à despesa de custeio, subsídios, incentivos, etc., trocava a dívida que era em cruzados por dívida interna em dólares. Essa política era a convivência da incompetência, irresponsabilidade e insensatez.

Um mês antes da fatídica maxidesvalorização, de fevereiro de 1983, escrevi o *Saudades da Inflação de 100%*, que escandalizou algumas pessoas pelo aparente pessimismo. A meu ver, foi em fevereiro de 83 que enterramos toda a década de 80. Em apenas uma noite a dívida interna cresceu 30%, gerando uma das maiores transferências de renda de todo o século XX e, o

pior, transferindo renda para quem não tinha nenhuma formação empresarial para reinvesti-la internamente e, pior ainda, a dívida interna, por incapacidade financeira do setor público, passava a responder por parte significativa dos encargos da dívida externa.

Como grande parte do setor público não tinha, e não tem, condições de pagar suas dívidas externas, a cada vencimento, o governo emitia, e continua emitindo, moeda e títulos para cobrir este calote. Em 02.09.85, no artigo *Moratória Heterodoxa*, abordei exaustivamente este curioso problema.

Em resumo, a dívida interna é um encargo que se cria para as gerações futuras e que deve ser representada por ativos reais que passam a propiciar melhores condições de vida para todos. Mas, no caso brasileiro, tudo não passou de um grande golpe dado nos jovens que aí estão e que ainda virão e que vão pagar por muito tempo uma conta de uma festa de que não participaram.

Há quem diga que a dívida interna brasileira, sendo pouco menos do que 50% do PIB, ainda é pequena em relação à dívida interna de outros países com EUA, Itália etc., etc. Para mim existe uma enorme diferença entre o caso brasileiro e os demais países.

A primeira delas é a velocidade com que atingimos esta enorme carga interna, pouco mais de 10 anos no nosso caso, com até 100 anos nos demais. Acho razoável um rapaz de 18 anos ter 1,80m de altura. Agora, ir deitar com 1,00m e acordar com 1,80m é, no mínimo, estranho.

A segunda grande diferença é a forma de financiamento da dívida. Nos outros países, as dívidas são financiadas de forma a não pressionar o déficit público e, no caso brasileiro, isto já está incomodando até demais.

Seria querer tapar o sol com a peneira não se dizer que estamos em córner.

A dúvida agora é discutir se a solução da dívida interna passa por um calote ou passa por uma negociação política?

Calote não, porque não é possível dar, mas confisco e negociação política sim.

Não se pode dar um calote na dívida, sem criar uma grande convulsão nacional porque, ao contrário do que as pessoas pensam, a dívida não está em última análise concentrada nos bancos, mas sim sendo financiada por toda a sociedade brasileira. Com a inflação de 1.500% ao ano, quem vai ficar fora do *overnight*? Como o *overnight* é lastreado pela dívida pública, são as pessoas do povo que financiam a dívida, inclusive as cadernetas de poupança. Portanto, calote não pode, mas confisco pode.

A dívida interna já sofreu uma série de confiscos, ao longo dos anos. Foram fórmulas com redutores, congelamentos, vetores etc., ao ponto que a correção monetária do período 1983 a 1989 não representa nem 50% da inflação do período. Aí está o confisco.

Agora vamos ao ponto mais nevrálgico da questão: a negociação política.

Quanto à parcela de negociação política, caso haja dignidade nas negociações, aquelas grandes empresas que receberam subsídios, tais como empréstimos a taxas negativas, correção monetária limitada a 20%, recursos a fundo perdido, tarifas subsidiadas, crédito agrícola etc., poderiam realmente entrar com uma parcela significativa do pagamento da conta, que em boa parte foi criada por elas mesmas.

Uma empresa que recebeu recursos públicos de qualquer destas formas e teve sucesso empresarial tem que raciocinar que tomou o governo

como sócio e como o sócio entrou com os recursos deve ter o direito de sair com boa parte dos resultados. Se a sociedade seguiu deve receber o prêmio agora. Esta negociação deve ser fácil de fazer porque todas as operações devem estar registradas, e com certeza estão, no BNDES, Banco do Brasil, e nos mais variados órgãos públicos. Como o governo assumiu o risco da inflação limitando a correção, assumiu o risco da taxa do mercado dando recursos subsidiados, assumiu o risco de alguns empreendimentos dando incentivos a fundo perdido, deve ter agora a sua contrapartida, que é a participação nos resultados desses empreendimentos. Esta parcela de recursos poderia reduzir o peso da dívida. Não venham com argumentos que as empresas estão ressarcindo a sociedade com os impostos que passaram a pagar. Imposto é contribuição obrigatória para todos, o que estamos tratando aqui é dos que foram tratados privilegiadamente com recursos privilegiados. Como tiveram mais, devem contribuir mais, podendo ser até na forma da assunção de compromisso da União tais como conservação de algumas estradas federais, apoio a projetos educacionais, encargos de hospitais federais, etc.

Outra forma de negociação política é a conscientização da sociedade que o Estado, além de ter que enxugar a máquina corajosa e drasticamente, tem que alienar ativos.

Para enxugar a máquina estatal tem que adotar o mesmo tipo de tratamento para viciados no último grau em tóxico. Quando cortar, vai ter que amarrar o paciente bem amarrado e agüentar. Tem que ter muito machismo cívico.

Quanto à alienação não adianta apelar para ideologias ou demagogias ou filosofias: tem que vender, porque tem que vender.

Estas vendas, além de gerarem caixa para reduzir a dívida interna, ajudam a estancar o crescimento da dívida pela simples transferência para terceiros da grande engrenagem geradora de compromissos para toda a sociedade e que são as empresas estatais. Quanto mais depressa as pessoas entenderem isso, melhor será. Neste caso não dá para esperar o século XXI.

Voltando à preocupação inicial de que os encargos da dívida têm que continuar a crescer porque, segundo as autoridades, temos que manter a taxa de juros reais elevada (lembrem-se do princípio do artigo quando era ao contrário?) para evitar especulações e fuga de capitais. Isto é apenas parte da verdade.

A taxa de juros, na minha opinião, só tem qualquer efeito econômico quando é consequência de uma política séria de controle da moeda, isso porque as unidades econômicas que estejam desequilibradas começam a disputar o volume escasso de moeda e aí então a taxa de juros sobe, até que estas entidades se ajustem à nova realidade. Só que no caso brasileiro, quem está desajustado é o setor governamental e não vai ser por via de taxa de juros que ele vai se ajustar. A alta taxa, sem os demais controles monetários segura o dólar no paralelo e o ouro, mas isso só tem efeito jornalístico e não tem efeito econômico algum.

A dívida cresce e o efeito positivo sobre a economia não aparece. Dizem que a dívida interna já atingiu US\$ 170 bilhões que não serviram para quase nada.

Esta história deve ser bastante cansativa e fazer rapidamente qualquer neném dormir. Eu fico pensando como os adultos conseguem não perder o sono.

* Adolpho Ferreira de Oliveira é empresário